

Constituintes disputam comissões

Aprovado o regimento, partidos compõem comissões e indicam líderes

Os partidos políticos iniciam hoje uma nova guerra dentro da Assembleia Nacional Constituinte: a disputa pelos cargos de presidente e de relator nas nove comissões e subcomissões temáticas que irão elaborar a nova Carta. O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) vai presidir a mais importante delas, a de sistematização, na qual o cargo de relator está sendo disputado por quatro peemedebistas. As outras estão sendo loteadas entre os partidos. Além disso, está prevista ainda a escolha do líder do PMDB na Constituinte, cargo pleiteado pelo líder do partido na Câmara, Luiz Henrique, e pelo senador paulista Mário Covas.

O plenário da Assembleia aprovou ontem à noite o texto do regimento interno, que lhe dá poderes para suspender qualquer medida que possa ameaçar seus trabalhos, sob o protesto dos partidos da esquerda porque não permite a modificação de dispositivos da Constituição em vigor. A votação dos 200 pedidos de destaque foi feita às pressas e muitos parlamentares nem sabiam o que estavam discutindo, na sessão que entrou madrugada adentro.

Covas mantém candidatura

O senador paulista Mário Covas mantém obstinadamente sua candidatura a líder do PMDB na Constituinte, ainda que advertido de que corre o risco de uma derrota para o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique. A impressão geral é de que a maioria dos 487 deputados nunca votará em um senador e que a condição de paulista se encarrega de eliminar qualquer chance na candidatura de Mário Covas.

"Eu quero lutar para que o PMDB volte aos seus compromissos históricos. O partido precisa voltar aos tempos do navegador é preciso", afirma Mário Covas, deixando claro que lhe importa marcar uma posição. O senador acredita que tem chances de sair vitorioso na disputa, ainda que enfrentando um deputado e a condição de mais um paulista a pleitear posição importante no plano federal.

Ulysses Guimarães defende a tese de que a liderança do PMDB na Constituinte deve ser dividida entre os líderes do partido na Câmara e Senado. Luiz Henrique e Fernando Henrique Cardoso. Covas sabe que não conta com apoio da cúpula partidária. Agora, sua situação ficou ainda mais difícil, com o recente entendimento entre o presidente Sarney e o líder do PMDB, Luiz Henrique. Tudo indica que, após o

resultado eleitoral avassalador, a cúpula do PMDB acertou em São Paulo que a liderança do PMDB no Senado seria entregue ao senador Fernando Henrique Cardoso, ficando a liderança da Constituinte para o senador Mário Covas. Posteriormente, verificou-se que já havia havido demais, o que desaconselhava a entrega da liderança na Constituinte para Mário Covas.

O deputado Luiz Henrique, por sua parte, afirma que foi escolhido em votação na bancada do PMDB para ser líder na Câmara e na Constituinte. Como a Câmara praticamente não funciona, agora, ele se considera líder na Constituinte, revogando o entulho autoritário como pretendiam os progressistas. Terá poderes apenas para suspender ("sobrestar") medidas que possam ameaçar seus trabalhos, conforme decidiram ontem os próprios constituintes. Após aprovar o substitutivo do projeto de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso, eles aprovaram duas vezes — simbolicamente e em votação nominal — a emenda Maurílio Ferreira Lima, que limita a soberania.

Na primeira votação do destaque, às 19h30min, com quase cinco horas de sessão, o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, determinou que permanecessem em seus lugares aqueles que concordavam com a emenda, imediatamente considerando-a aprovada. O líder do PT, deputado Genoíno Neto, não gostou. Lembrou que no encaminhamento da votação havia sido acertado que ela seria nominal.

Disputa é pelas comissões

Vencida a etapa de votação do Regimento Interno, a Constituinte passa a um outro processo de negociação, agora em torno da escolha dos presidentes e relatores das comissões constitucionais, e do preenchimento dessas comissões. E é, em relação ao cargo de relator da Comissão de Sistematização — que compatibilizará os trabalhos aprovados pelas demais, e deverá ser presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ) — que aparece a grande disputa: os deputados Pimenta da Veiga (MG), Bernardo Cabral (AM) e Nelson Jobim (RS), e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), todos do PMDB, são os nomes já apontados para a tarefa.

Alguns partidos — como o PTB, o PT e o PDS — e bancadas — como a do PMDB do DF — vão se reunir hoje para discutir como se distribuirão pelas comissões, e que cargos irão reivindicar. E no PMDB será mais difícil distribuir os parlamentares pelos órgãos que discutirão os temas constitucionais: são 259 deputados, grande parte dos quais já manifestou sua preferência para participar de duas comissões — a de Sistematização e a da Ordem Econômica.

O vice-líder do PMDB e coordenador de comissões, deputado Miro Teixeira (RJ), defende a ideia de que devem ser levados em consideração três aspectos: o interesse do constituinte em integrar uma determinada comissão, o desempenho do partido e o equilíbrio federativo.

— E uma equação complicada — admite. Os deputados do PMDB na Câmara foram consultados através de formulário sobre suas preferências, e tiveram espaço para apontar quatro opções. O resultado dessa pesquisa indicou, segundo o deputado Ibsen Pinheiro (RS), que em várias comissões há muito mais candidatos do que vagas. Ou, como informou Miro Teixeira, diversas comissões não entusiasmarão os peemedebistas, e terão que ser preenchidas. Miro Teixeira acha que o mais correto, para uma decisão final, será a audiência às bancadas de cada Estado, com um pedido para que indiquem nomes ou, o que seria melhor, apresentem critérios — o que é defendido pelo líder, deputado, Luiz Henrique (SC).

Miro Teixeira sustenta também que as comissões não podem ser simplesmente preenchidas, mas compostas, e que o cargo

de relator — indicado pelo presidente de cada comissão, e não eleito — deve ser ocupado sempre através de um entendimento.

Ainda sem o "colégio eleitoral", já que não foi definida a composição das comissões, os candidatos aos cargos dos diversos órgãos explicitam suas pretensões, como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que diz querer um cargo na Comissão da Ordem Econômica, de preferência na subcomissão que examinará a Reforma Agrária, para evitar que a "esquerda inconsequente desorganize a produção, agrave a miséria e aumente a fome". Ou como o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), que quer ser o presidente ou o relator da Comissão da Ordem Social. Já Bernardo Cabral considera-se credenciado para ser o relator da Comissão de Sistematização. Tido como o preferido pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e convidado por Afonso Arinos, Bernardo Cabral se considera o candidato natural, na hipótese de o senador do PFL assumir a presidência.

— O relator tem que ser jurista, advogado e político. Fui deputado federal, fui cassado, há 32 anos exerceo a advocacia, e a melhor credencial que tenho é a de que presidi a Ordem dos Advogados do Brasil.

O líder do PT, Luiz Ignácio Lula da Silva (SP), manifestou a sua expectativa de que "não funcione a prática do rolo compressor" da maioria. Ele informou que o PT pretende ter pelo menos um relator e um presidente de comissão. Uma ideia que está sendo trabalhada pelos pequenos partidos de esquerda é a de uma união para a reivindicação de alguns cargos, junto ao PMDB, e para que em cada comissão haja parlamentares — inclusive os progressistas do PMDB — comprometidos com as causas comuns entre essas agremiações. Ou "um grande bloco democrático", de acordo com o líder do PCB, Roberto Freire (PE).

O PFL, segundo o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), quer presidir três comissões, e ter os relatores de outras três e das nove subcomissões a estas vinculadas. O PDS deve pleitear dois cargos, e o PTB também. Ao todo, são 42 cargos: nove presidentes e nove relatores de comissões, e 24 relatores de subcomissões.



A votação do regimento interno teve momentos de tensão e aglomeração no microfone de apertes

Regimento limita a soberania

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

A Assembleia Nacional Constituinte já sabe o tamanho exato da sua soberania. Não poderá reformar a atual Constituição, revogando o entulho autoritário como pretendiam os progressistas. Terá poderes apenas para suspender ("sobrestar") medidas que possam ameaçar seus trabalhos, conforme decidiram ontem os próprios constituintes. Após aprovar o substitutivo do projeto de regimento interno do senador Fernando Henrique Cardoso, eles aprovaram duas vezes — simbolicamente e em votação nominal — a emenda Maurílio Ferreira Lima, que limita a soberania.

Na primeira votação do destaque, às 19h30min, com quase cinco horas de sessão, o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, determinou que permanecessem em seus lugares aqueles que concordavam com a emenda, imediatamente considerando-a aprovada. O líder do PT, deputado Genoíno Neto, não gostou. Lembrou que no encaminhamento da votação havia sido acertado que ela seria nominal.

Antes que Genoíno fosse atendido, o deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, repetiu a questão de ordem ao microfone em meio a violenta discussão com o líder do PFL, José Lourenço. Os dois quase se atacavam no corredor do plenário, numa clara demonstração da polêmica que se formou em torno da soberania, quando o deputado Ulysses Guimarães ordenou ao secretário do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que passasse à chamada nominal. A emenda, então, acabou sendo aprovada por 394 votos. Votaram contra 78 constituintes.

ACORDO IMPOSSIVEL

A sessão, convocada para votar o regimento interno, começou fria. Sem a presença do deputado Ulysses Guimarães e presidida pelo senador Mauro Benedito (PMDB/CE), parecia uma cerimônia religiosa, com nada menos que três deputados — Antônio



Brandão, Haddad e Lula. A esquerda perdeu

de Jesus (PMDB/GO), Osvaldo Bender (PDS/RS) e José Fernandes (PDT/AM) — usando de citações bíblicas em seus pronunciamentos, seja para defender a moral e os bons costumes, criticar o materialismo excessivo da Constituinte ou malhar a política econômica financeira do Governo.

Só quando o deputado José Genoíno, líder do PT, subiu à tribuna, a sessão atingiu a temperatura que se esperava dela. Com toda a ênfase que lhe é peculiar, ele criticou o que chamou ironicamente de "grande acordo" para aprovação da emenda Maurílio Ferreira Lima, que na sua opinião colocava a soberania da Constituinte "numa pequenina multidão". Destacou, a propósito, que "não adianta ter soberania apenas diante de ameaças".

A sessão completava sua primeira hora quando Genoíno levantou a bola da soberania. Depois, a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) aplicou um antitermo, usando seu tempo para falar da crise energética e da prioridade do Nordeste, segundo ela, não experimentou nem mesmo com um presidente maranhense, José Sarney.

O clima permaneceu morno até o final do pinga-fogo, parte da sessão em que os parlamentares se revezaram no microfone convocados por ordem de inscrição. Houve até quem propusesse a convocação extraordinária do Congresso Nacional para discutir a ameaça da Aids: o deputado Onofre Corrêa (PMDB/MA), que teve o cuidado de lembrar que nem os constituintes estavam a salvo do risco de contrair a doença.

A questão da soberania, nesse período, não chegou a empolgar. Ao contrário, só foi lembrada com o propósito de apaziguar os ânimos. O deputado Dado Coimbra (PMDB/RJ), por exemplo, louvou a iniciativa de entendimento promovida pelos líderes partidários no recesso do carnaval. E o deputado Antônio Britto (PMDB/RS), que anunciou ao mundo a morte do presidente Tancredo Neves, destacou que buscou-se "dificilmente equilíbrio" e que as conquistas eram importantes.

O que se viu depois, contudo, quando o deputado Ulysses Guimarães entrou no plenário, assumiu a presidência da Mesa e iniciou

o processo de votação do Regimento Interno, foi um racha claro entre progressistas e conservadores. Ou seja, o acordo acontecera apenas entre centristas. E o presidente da Constituinte teve que interromper diversas vezes suas instruções para a votação, apelando com insistência para que o plenário fizesse silêncio.

A primeira matéria colocada em votação, o substitutivo do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, não teve qualquer problema para sua aprovação. A votação foi simbólica: "Os que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado", proclamou o deputado Ulysses Guimarães, às 16h45min. Cunha Bueno (PDS/SP), monarquista confesso, que ofereceu emenda nesse sentido ao projeto de Regimento Interno que originou o substitutivo e a viu ser rejeitada pelo relator, fez questão de manifestar seu voto contrário.

Em seguida, por votação nominal, foi aprovada por 413 votos favoráveis, 52 contra e as abstenções do presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, e do secretário Arnaldo Faria de Sá, a preferência para que a Constituinte votasse o destaque do artigo 57 do substitutivo, cujo parágrafo 7º estava entre a emenda do senador Fernando Henrique Cardoso e a de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima, a aprovada.

PROS E CONTRAS

Na prorrogação da sessão, que se estendeu além das 18 horas e teve que ser novamente prorrogada para que fosse concluída a votação da emenda Ferreira Lima, os líderes fizera, de tudo para convencer suas bancadas pelo sim ou pelo não. Haroldo Lima (PC do B/BA), considerou a alternativa ao texto do relator Fernando Henrique "o atestado de óbito da soberania dessa Casa".

Jamil Haddad (PSB) disse que o Exército que ontem estava ocupando as refinarias de petróleo poderia cercar o Congresso e, fato consumado, ficaria difícil reclamar soberania. O melhor, segundo ele, seria impedir a ocorrência do fato, revogando as medidas de emergência, a Lei de Segurança Nacional e outros instrumentos de repressão.

Um golpe, lavrado em cartório

WILSON TEIXEIRA SOARES
Coordenador de Política

A nova Constituição corre o efetivo risco de vir a ser gerada única e exclusivamente por um grupo de sábios e notáveis, constituintes supostamente acreditados como de primeira classe que terão, inexplicavelmente, o direito de destruir das cobiceadas vagas da comissão de sistematização (a Grande Comissão) ratificada pelo substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

Esperatamente arquitetada para garantir ao inchado PMDB o controle da elaboração da próxima Carta, a comissão de sistematização ameaça a Assembleia Nacional Constituinte caso não seja, no extenuante processo de votação do regimento que marcará esta semana, transformada e atenuada em seus amplos, imensos poderes.

Por uma estratégia falha cometida pelo relator do substitutivo, a Assembleia Nacional Constituinte só contará — mantido

sem alteração o texto no capítulo referente ao funcionamento das comissões e subcomissões — com a plena participação de todos os seus 559 membros pelos exigiu período de 90 dias, prazo para que os resultados dos trabalhos iniciais sejam encaminhados à Grande Comissão.

Terminada a tarefa de oferecer subsídios a serem organizados pelos constituintes de primeira grandeza e brilho, os constituintes menores terão como saída única para tentar oferecer propostas à nova Constituição o plenário da assembleia. Numa clara promessa de perda de tempo, pois ao constatarem que suas receitas para o País foram relegadas ao lixo da história, tornarão, fatalmente, a apresentá-las.

Como o destino das emendas de plenário será inexoravelmente a comissão de sistematização, uma vez que o substitutivo de Cardoso não viabiliza o retorno do debate do ple-

nário às comissões e subcomissões, fica desde já pairando no ar um odor de jogo de cartas marcadas.

A ser praticado no âmbito do PMDB e do Partido da Frente Liberal, pseudos proprietários, na visão estreita de parlamentares conservadores, da Constituinte. Que, para tanto, alegam ter sido este um dos pontos capitais da criação da celebração da Aliança Democrática.

Pior, contudo, que a visão menor desses constituintes, é a impressão que ganha corpo entre constituintes de tendências várias de que a próxima Carta sairá, exatamente por isto do bolso do colete do seletor estamento de notáveis sistematizadores. Ameaça física iminente caso a Nação acredite que para influenciar nos destinos da futura Constituição sejam obrigatórias um mínimo de 30 mil assinaturas. E lavradas em cartório.

Ulysses tinha muita pressa

Era 21.20 horas, quando o deputado Ulysses Guimarães suspendeu a sessão, por 15 minutos, para "ordenar" a votação. Já estavam aprovados o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, com a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima e mais 18 destaques, todos sem importância.

Com a questão da soberania da Assembleia Nacional Constituinte já fora resolvida, através do acordo, juntamente com outros pontos polêmicos, a votação dos destaques se fez de forma acelerada. Ulysses Guimarães, sequer esperava a manifestação do plenário. Até mesmo o autor do substitutivo, Fernando Henrique Cardoso, se perdeu, sem saber sobre o que emitir parecer. O líder do PMDB na Câmara e um dos artífices do acordo, deputado Luiz Henrique, teve que pedir, em determinado momento, a colaboração de todos, alegando que até as lideranças partidárias estavam com dificuldades para entender o que estava sendo colocado em votação.

"Duvido que eles tenham 280 votos a favor do Regimento", alegava-se o pevista José Genoíno no início da votação. Enquanto isso, no plenário, o líder pedetista Brandão Monteiro permanecia a postos no microfone de apertes para solicitar repetidas verificações de votação.

Partidos de esquerda mantêm sua posição

Em reunião realizada ontem pela manhã, os líderes dos partidos de esquerda — a exceção do PCB — decidiram manter a disposição de votar contra a modificação introduzida pelos líderes na emenda Maurílio Ferreira Lima, que daria poderes à Constituinte para sobrepor atos que ameacem sua soberania. Eles consideravam esta fórmula "inócua" e comunicaram isto ao próprio presidente da Constituinte.

Antes da reunião com Ulysses, os líderes Luiz Inácio da Silva (PT), Brandão Monteiro (PDT), Haroldo Lima (PC do B) e Jamil Haddad (PSB) já haviam se encontrado para definir a estratégia de obstrução utilizada durante a votação do Regimento Interno. Até o início da noite, em meio à apuração nominal dos votos, os esquerdistas ainda acreditavam que contariam com o apoio de peemedebistas descontentes com o acordo em torno do Regimento.

"Duvido que eles tenham 280 votos a favor do Regimento", alegava-se o pevista José Genoíno no início da votação. Enquanto isso, no plenário, o líder pedetista Brandão Monteiro permanecia a postos no microfone de apertes para solicitar repetidas verificações de votação.



Genoíno: Duvido muito

Sem grandes possibilidades de êxito, a estratégia dos partidos de esquerda tinha como principal objetivo expor os constituintes, principalmente peemedebistas, que se posicionassem a favor da emenda Maurílio Ferreira. Eles contavam que "constrangimentos morais" levassem dezenas de parlamentares a votar contra a matéria. Daí, a votação nominal.

Para descaracterizar a iniciativa como uma posição radical, os líderes esquerdistas fizeram questão de não criar obstáculos regimentais à aprovação do substitutivo Fernando Henrique Cardoso. Pelo contrário: votaram a favor do projeto.